

AUGUSTO NEVES DAL POZZO • MÁRCIO CAMMAROSANO
COORDENADORES

AS IMPLICAÇÕES DA
COVID-19 NO DIREITO
ADMINISTRATIVO

THOMSON REUTERS
REVISTA DOS
TRIBUNAIS™

Sumário

Apresentação	5
Sobre os Coordenadores.....	7

1ª SEÇÃO

REGIME JURÍDICO-ADMINISTRATIVO: PRERROGATIVAS GOVERNAMENTAIS E DIREITOS DOS ADMINISTRADOS

1. A COVID-19, o direito administrativo e outras questões.....	19
<i>Carlos Sanseverino e Adailton Carlos Rodrigues</i>	
2. O papel dos municípios na garantia do mínimo existencial em tempos de COVID-19	31
<i>Fernanda Ghiuro Valentini Fritoli e Fabio Paulo Reis de Santana</i>	
3. Princípio da legalidade e ações administrativas no âmbito estadual durante a pandemia da COVID-19	43
<i>Fernando Dias Menezes de Almeida</i>	
4. A atualidade do princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado	51
<i>Francisco Octavio de Almeida Prado Filho</i>	
5. Administração consensual vence pandemia no estado democrático de direito....	59
<i>Jessé Torres Pereira Junior</i>	
6. A pandemia da COVID-19, o estado de direito e o regime jurídico do direito administrativo.....	73
<i>José Eduardo Martins Cardozo</i>	
7. Interesse Público e Desafios de Tutela da Saúde Pública: regime jurídico-administrativo e competência dos entes federados no enfrentamento da pandemia da COVID-19	83
<i>José Roberto Pimenta Oliveira e Dinorá Adelaide Musetti Grotti</i>	

8. A Pandemia e as Restrições Jurídicas à Liberdade – Uma Visão Preliminar	113
<i>Marcelo Figueiredo</i>	
9. COVID-19 – desafios jurídicos: supremacia do interesse público, bem comum, legalidade e competência regulamentar	121
<i>Márcio Cammarosano</i>	
10. Promoção da Confiança Pública e Paralisa Decisória durante a Pandemia da COVID-19: encontro marcado com o RE 1.133.118 (nepotismo em cargos político-administrativos)	131
<i>Paulo Modesto</i>	
11. Legalidade extraordinária e direitos dos administrados	141
<i>Pedro Estevam Alves Pinto Serrano, Anderson Medeiros Bonfim e Juliana Salinas Serrano</i>	
12. Brasil e combate à pandemia do coronavírus – aspectos constitucionais e legais e a decisão histórica do Supremo Tribunal Federal	155
<i>Raquel Dias da Silveira e Paulo Roberto Ferreira Motta</i>	
13. Os direitos Constitucionais dos Administrados em face da pandemia da Covid-19	167
<i>Regina Maria Macedo Nery Ferrari e Paola Nery Ferrari</i>	
14. Coronavírus e ponderação	183
<i>Ricardo Marcondes Martins</i>	
15. Aspectos Jurídicos do Bloqueio Generalizado de Movimentação (lockdown).....	201
<i>Silvio Luís Ferreira da Rocha</i>	
16. Por um regime temporário de Direito Público Democrático no período de Covid-19	209
<i>Thaís Marçal</i>	
17. Do <i>ius imperii</i> e o conceito de liberdade: reflexões sobre liberdade e supremacia sob uma emergência de saúde pública	217
<i>Carolina Starzynski e Thomaz B. de Arruda</i>	
18. Emergência sanitária e liberdades individuais	237
<i>Vidal Serrano Nunes Junior e Yolanda Alves Pinto Serrano de Matos</i>	
19. Aspectos atinentes Principio da Legalidade e à Covid-19	245
<i>Valmir Pontes Filho</i>	

2ª SEÇÃO CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

20. A pandemia de Covid-19 e seus reflexos jurídicos nos contratos de obras públicas.....	251
<i>André Paulani Paschoa e Percival José Bariani Junior</i>	
21. A Possibilidade de Pagamento Antecipado nas Contratações de Emergência em Razão da Pandemia de Coronavírus	259
<i>Antonio Carlos Alves Pinto Serrano e Silvio Gabriel Serrano Nunes</i>	
22. Contratos em curso de execução em tempos de COVID-19: Suspensão, rescisão, supressão ou reequilíbrio?.....	269
<i>Edgar Guimarães</i>	
23. Medidas contratuais impostas pela administração para gestão dos efeitos decorrentes da COVID-19	281
<i>João Negrini Neto e Ana Cristina Fecuri</i>	
24. COVID-19: breve ensaio sobre os impactos na advocacia e as oportunidades para melhorar a relação entre Administração Pública e contratados.....	293
<i>Paulo Henrique Triandafelides Capelotto e Raphael Leandro Silva</i>	
25. Aplicação do princípio da consensualidade nos impactos concretos causados por contratações públicas celebradas durante o estado de calamidade COVID-19	305
<i>Viviane Formigosa</i>	
26. COVID-19 e a gestão de crises nos contratos administrativos: uma breve análise de seus vários impactos.....	319
<i>Rodrigo Pironti e Caroline Rodrigues da Silva</i>	

3ª SEÇÃO CONCESSÃO E PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

27. Parcerias Público-Privadas (PPP): equilíbrio econômico-financeiro e o caso especial da Pandemia causada pelo vírus SARS-COV-2.....	333
<i>Augusto Neves Dal Pozzo e Renan Marcondes Facchinatto</i>	
28. Efeitos da COVID-19 para a concessionária de PPP	353
<i>José Virgílio Lopes Enei</i>	
29. Gestão contratual dos contratos de concessão e PPP em tempo de pandemia...	371
<i>Amanda Pauli de Rolt e Rodrigo de Pinho Bertocelli</i>	

4ª SEÇÃO
PODER DE POLÍCIA E DESAFIOS
DO SISTEMA FEDERATIVO

30. Poder de polícia, abuso e desvio de poder no contexto da pandemia de 2020.....	387
<i>Adilson Abreu Dallari</i>	
31. A COVID-19 e o poder de polícia.....	395
<i>Clovis Beznos</i>	
32. Poder de Polícia e desafios do sistema federativo: competências das entidades políticas.....	403
<i>Heraldo Garcia Vitta</i>	
33. Medidas de combate à pandemia: poder de polícia e desafios da harmonização de competências federativas	419
<i>Irene Patrícia Nohara</i>	
34. O poder de polícia como ferramenta de contenção da pandemia. Sobreposição do direito à vida às demais garantias constitucionais.....	429
<i>Ivo Gobatto Junior</i>	
35. Os desafios do sistema federativo e o exercício do poder de polícia no enfrentamento da pandemia de COVID-19.....	433
<i>Vivian Maria Pereira Ferreira e Luiz Tarcisio Teixeira Ferreira</i>	

5ª SEÇÃO
INFRAÇÃO E SANÇÃO ADMINISTRATIVA

36. A contratação de empresas sancionadas como instrumento de combate à COVID-19 e a efetividade das sanções administrativas	453
<i>Gabriel Pinheiro Chagas</i>	
37. Infrações e sanções administrativo-sanitárias em tempos de COVID-19: possibilidades, limites e controle.....	465
<i>Daniel Ferreira e Luis Manuel Fonseca Pires</i>	

6ª SEÇÃO
ASPECTOS ATINENTES À LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA DA COVID-19
NA ESFERA FEDERAL, ESTADUAL OU MUNICIPAL

38. Dispensa de licitação para adquirir produtos e serviços relacionados ao combate à COVID-19 (Lei nº 13.979/2020, art. 4º).....	483
<i>Alexandre Levin</i>	

39. Contratações Públicas Emergenciais para combater o Coronavírus – Dispensa temporária de licitação e pregão especial para enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional – ESPIIN	499
<i>Augusto Nogueira e Victor Scholze</i>	
40. COVID-19 e a Contratação Emergencial: regime jurídico e inconstitucionalidade do art. 4º-B, IV, da Lei 13.979/2020.....	523
<i>João Victor Tavares Galil, Pedro Luiz Ferreira de Almeida e Daniela Marinho Morganti</i>	
41. O primado da realidade em tempos de COVID-19 e dispensa de licitação na Lei n.º 13.979/2020	539
<i>Wassila Caleiro Abbud</i>	
<i>Rogério Augusto Boger Feitosa</i>	
42. Anotações preliminares sobre a Lei Federal nº 13.979/2020 atinentes às contratações públicas para enfrentamento da COVID-19	551
<i>Karina Houat Harb</i>	

7ª SEÇÃO EMPRESAS ESTATAIS

43. A aplicação da Lei nº 13.979/2020 pelas empresas estatais.....	563
<i>Christianne de Carvalho Stroppa e Artur Giolito Melissopoulos</i>	

8ª SEÇÃO ATIVIDADE DE FOMENTO

44. Aspectos jurídicos da atividade estatal de fomento no combate à pandemia da COVID-19	587
<i>Márcio Alexandre G. F. Cammarosano</i>	

9ª SEÇÃO JUDICIALIZAÇÃO

45. Limites da atividade jurisdicional de controle das ações e omissões administrativas no combate à pandemia da COVID-19.....	597
<i>Beatriz Lameira Carrico Nimer</i>	
46. Breves apontamentos sobre a judicialização como reflexo dos efeitos da pandemia relativa à COVID-19	607
<i>Elias Marques de Medeiros Neto, Elzeane da Rocha e Sara Lopes</i>	

47. O controle jurisdicional de políticas públicas de combate à COVID-19 e as reflexões sobre a Inteligência Artificial aplicada à prestação de serviços jurisdicionais 625
Evane Beiguelman Kramer
48. Reequilíbrio contratual por fato superveniente: do processo administrativo ao judicial em situações de emergência 633
Georghio Alessandro Tomelin e Paulo Magalhães Nasser
49. A juridicidade da gestão unificada e estatal dos leitos de UTI e a possibilidade de respectivo controle jurisdicional durante a pandemia da COVID-19 663
Juliana Salinas Serrano
50. Reflexos da Pandemia da COVID-19 na Justiça 673
Marcos de Lima Porta, Mariana Pena Rodrigues Coelho e Thiago Nemi Bonametti

10ª SEÇÃO
CONTROLE, MEDIDAS EXCEPCIONAIS E A LEI DE
INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO

51. O monitoramento de pessoas pela administração pública em tempos de COVID-19 e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais 691
Bruna Borghetti Camara Ferreira Rosa e Pêrsio Thomaz Ferreira Rosa
52. Aspectos administrativos e penais em face da interdição das praias em decorrência da COVID-19 709
Flávia Giorgini Fusco Cammarosano e Moacir Martini de Araújo
53. Isolamento social durante a pandemia de COVID-19: controle e responsabilidade 719
Georges Humbert e Franco Cristiano da Silva Oliveira Alves
54. A manutenção (ou não) dos serviços que compõem a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio (Lei n.º 13.819/2019) em tempos de enfrentamento da pandemia da COVID-19 731
Márcio Cammarosano
Alexandre Henrique Moretti Cammarosano Kopczynski
55. Desafios de interpretação dos Tribunais de Contas e do controle externo na COVID-19 747
Marcus Vinicius Macedo Pessanha
56. Direito administrativo da crise: medidas administrativas de enfrentamento à COVID-19 759
Rafael Maffini

57. Controle externo em tempos de COVID-19: uma nova chance para LINDB? 781
Rodrigo Valgas dos Santos

11ª SEÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO

58. Aspectos relevantes do processo administrativo durante a pandemia da COVID-19 na Administração Pública Brasileira 795
Juscimar Ribeiro

12ª SEÇÃO SERVIDORES PÚBLICOS, TERCEIRIZAÇÃO E LEGISLAÇÃO TRABALHISTA INCIDENTE

59. Contratos de Terceirização de mão de obra e a COVID-19 – Medidas para assegurar a preservação do interesse público e das relações contratuais no enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional – ESPII 805
Jorge Ulisses Jacoby Fernandes e Ana Luiza Jacoby Fernandes

60. Responsabilidade civil do Estado no âmbito das rescisões de contratos de trabalho decorrentes do isolamento social estabelecido para conter a pandemia de coronavírus (COVID-19): ponderações sobre o art. 486 da CLT 821
Larissa Matos e Luciano Ramos

61. Os efeitos da pandemia da COVID-19 nas relações de trabalho da Administração Pública 835
Sarah Campos

62. Direitos dos servidores públicos estatutários em face de calamidade pública: o caso da pandemia COVID-19 845
Vladimir da Rocha França

13ª SEÇÃO IMPLICAÇÕES REGULATÓRIAS

63. A COVID-19 e os impactos sobre a regulação sanitária. Um estudo sobre as ações de emergência e sua repercussão sobre a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA 863
Bruno Aurélio e Marina Zago

64. COVID-19 e a necessidade de regulamentação do federalismo sanitário cooperativo no Brasil 871
Flávio Henrique Unes Pereira e Renan Cruvinel de Oliveira